



Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro



Praia,
novembro de 2019

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças

Edição

Direção Geral do Tesouro

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Coordenação

Ministério das Finanças / Direção Geral do Tesouro / Serviço de Operações Financeiras

Olavo Correia - Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Redação

Serviço de Operações Financeiras

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Marco Inocêncio - Técnico do Serviço de Operações Financeiras

Maria de Fátima Lopes - Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Emanuel Moreira - Técnico Especialista

João Apolónio Furtado - Técnico Sênior

Maquetagem

Valdyr Ramos/MF/UTIC

Fotografia

Arquivo MF/ Internet

Periodicidade

Trimestral

Endereço

Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro

Av. Amílcar Cabral, CP: 102

Tel.: +238 260 74 31 / Fax.: +238 261 58 44

Email: dgt.caboverde@mf.gov.cv

Ilha de Santiago, República de Cabo Verde

II - ENQUADRAMENTO

O Governo de Cabo Verde tem como meta importante da sua governação, garantir a credibilidade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, a nível nacional e internacional. A publicação, numa base trimestral dos dados da dívida pública, enquadra-se nesta política no que se refere à transparência de gestão do património físico e financeiro do Estado.

O Boletim Estatístico (BE) da Dívida Pública da República de Cabo Verde surge neste contexto, com o objetivo principal de fornecer/divulgar informações estatísticas sobre o stock e fluxos da dívida pública.

A elaboração do BE enquadra-se nas recomendações e exigências de qualidade estatística emanadas das melhores práticas internacionais de gestão da dívida, recomendadas pelas instituições e organismos internacionais (ex: BM, FMI e UNCTAD). O mesmo é elaborado através de uma base de dados consistente, completa e precisa e constitui uma base de tomada de decisão assertiva e atempada no que tange à política de endividamento e de políticas correlativas com o endividamento do país.

Trata-se de um importante instrumento de acompanhamento da gestão da dívida pública que se destina aos principais intervenientes responsáveis pela gestão das Finanças Públicas, assim como às instituições financeiras nacionais e internacionais, parceiros de desenvolvimento, instituições universitárias, investigadores/académicos, contribuintes e público em geral.

A abrangência do BE refere-se à dívida do Governo Central e a fonte das informações divulgadas é o Ministério das Finanças.

O critério de classificação da dívida externa e interna é a da residência do credor e os valores nos quadros apresentados estão expressos em milhões de Escudos Cabo-Verdianos.

III - SIGLAS

ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAI	Banco Angolano de Investimento
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu do Investimento
BIA	Banco Inter-Atlântico
BT	Bilhetes do Tesouro
BCN	Banco Cabo-verdiano de Negócios
CCV	Correios de Cabo Verde
CECV	Caixa Económica de Cabo Verde
DNP	Direcção Nacional do Planeamento
DNOCP	Direcção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública
DGT	Direcção Geral do Tesouro
FAD	Fundo Africano para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Garantia	Companhia de seguros (privada nacional)
IDA	Agência Internacional do Desenvolvimento
IFH	Instituto do Fomento da Habitação (Imobiliária)
IMPAR	Seguradora (nacional)
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MF	Ministério das Finanças
OGE	Orçamento Geral do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
OTNS	Obrigações do Tesouro – Nova Série
PPIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PROMOTORA	Sociedade de Capital de Risco (nacional)
TC	Tribunal de Contas

IV - QUADROS

IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

IV.1.1 - Stock

IV.1.1.1 - Composição e Indicadores da Dívida Pública 3º Trimestre 2019 (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019
Saldo da Dívida Pública	214.703,7	217.963,1	237.422,3
<i>% do PIB</i>	123,8%	118,0%	120,0%
Dívida Externa	158.015,9	157.232,3	170.196,3
Dívida Interna	56.687,8	60.730,9	67.226,0
Total Desembolsos	15.511,7	14.265,4	19.957,7
<i>% do PIB</i>	8,9%	7,7%	10,1%
Dívida Externa	5.753,1	2.178,4	7.785,3
Dívida Interna (Emissão)	9.758,6	12.087,0	12.172,4
Total Serviço da Dívida	10.434,3	11.422,3	10.927,6
<i>% das Exportações</i>	7,2%	6,5%	6,8%
<i>% das Receitas do Estado</i>	29,7%	31,6%	28,9%
<i>% das Reservas Internacionais</i>	19,3%	20,3%	15,7%
Dívida Externa	4.050,5	4.299,3	4.933,3
Dívida Interna	6.383,8	7.123,0	5.994,3
Memória: PIB do ano	173.382,9	184.661,3	197.814,2
Exportações	56.407,3	66.199,4	72.797,7
Receitas do Estado	35.084,9	36.153,0	37.803,1
Reservas Internacionais	54.010,4	56.187,2	69.521,3

IV.2 - DÍVIDA EXTERNA

IV.2.1 - Stock

IV.2.1.1 - Stock da Dívida Pública Externa (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	% do total
Credores Oficiais				
<i>Multilateral</i>	70 411,6	70 642,0	81 742,7	48,0%
<i>Bilateral</i>	38 215,8	37 092,8	38 933,9	22,9%
<i>Comerciais</i>	49 388,5	49 497,5	49 519,7	29,1%
TOTAL	158 015,9	157 232,3	170 196,3	100,0%

IV.2.2 - Fluxos

IV.2.2.1 - Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2017	% do Total	3º Trimestre 2018	% do Total	3º Trimestre 2019	% do Total
Governo Central						
<i>Curto prazo</i>						
Empréstimos	0,0	0%	0,0	0%	0,0	0%
<i>Longo prazo</i>						
Empréstimos	5 753,1	100%	2 178,4	100%	7 785,3	100%
TOTAL	5 753,1	100%	2 178,4	100%	7 785,3	100%

IV.2.2.2 - Desembolsos por Setor / Área Económica (em milhões CVE)

Setor/Área Económico	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	% do Total 3º Trimestre 2019
Agricultura	130,7	67,9	101,0	1,3%
Água e Saneamento	2 705,0	51,2	486,9	6,3%
Ajuda Orçamental	-	-	3 942,5	50,6%
Educação	310,5	38,0	99,7	1,3%
Energia	462,4	527,7	235,2	3,0%
Economia	-	-	1 637,0	21,0%
Habituação Social	1 093,7	-	-	0,0%
Infraestruturas Aeroportuárias	258,4	674,4	320,7	4,1%
Infraestruturas Portuárias	225,0	57,4	34,8	0,4%
Infraestruturas Rodoviárias	-	74,9	-	0,0%
Luta contra Pobreza	191,5	17,9	43,4	0,6%
Pescas	3,8	5,3	14,9	0,2%
Saúde	0,5	150,4	63,1	0,8%
Tecnologia de Informação	371,7	513,2	279,6	3,6%
Turismo e Transporte	-	-	526,5	6,8%
TOTAL	5 753,1	2 178,4	7 785,3	100%

IV.2.2.3 - Desembolsos por Credor (em milhões CVE)

	3º Trimestre de 2017		3º Trimestre de 2018		3º Trimestre de 2019		Variação 2018-2019	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Valor	%
Credores Oficiais								
Multilateral	781,2	13,6%	1555,5	71,4%	7061,5	90,7%	5506,0	354,0%
FAD	22,5	0,4%	1187,6	54,5%	0,0	0,0%	-1187,6	-100,0%
BM/IDA	3,8	0,1%	82,4	3,8%	6220,6	79,9%	6138,2	7448,5%
BADEA	220,2	3,8%	0,0	0,0%	201,8	2,6%	201,8	-
BAD	275,0	4,8%	68,5	3,1%	600,3	7,7%	531,9	776,7%
BM/IBRD	69,8	1,2%	98,1	4,5%	0,0	0,0%	-98,1	-100,0%
BEI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
OPEC	0,0	0,0%	118,8	5,5%	0,0	0,0%	-118,8	0,0%
FIDA	189,9	3,3%	0,0	0,0%	38,9	0,5%	38,9	-
NDF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
NTF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
CEDEAO	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Bilateral	3878,2	67,4%	622,9	28,6%	723,7	9,3%	100,8	16,2%
China	355,0	6,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Kuwait	160,7	2,8%	184,9	8,5%	63,1	0,8%	-121,8	-66%
Portugal	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
South Africa	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Saudi Fund	150,3	2,6%	3,4	0,2%	0,0	0,0%	-3,4	-100%
Abu Dhabi	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Russia	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Belgica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
JICA	383,4	6,7%	377,1	17,3%	269,2	3,5%	-107,9	-29%
ICO (Espanha)	225,0	3,9%	57,4	2,6%	34,8	0,4%	-22,7	-39,5%
AFD	2603,8	45,3%	0,0	0,0%	356,6	4,6%	356,6	-
Austria	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
CACEX	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
MSF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Credores Privados	1093,7	19,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Comerciais	1093,7	19,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Banco Espírito Santo	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Caixa Geral de Depósitos	1093,7	19,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
KFW	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BPI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	5753,1	100,0%	2178,4	100,0%	7785,3	100,0%	5606,9	257,4%

IV.2.2.4 - Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2017			3º Trimestre 2018			3º Trimestre 2019		
	P	J/C	Total	P	J/C	Total	P	J/C	Total
Credores Oficiais									
Multilateral	1910,8	460,9	2371,7	2024,2	440,5	2464,7	2456,7	460,3	2917,0
BAD	419,3	13,7	433,0	491,4	14,3	505,7	674,3	31,8	706,1
BADEA	125,5	57,3	182,8	104,7	53,2	157,9	116,4	47,7	164,1
BEI	287,7	47,9	335,6	374,7	50,3	425,1	375,8	47,9	423,7
BM/IBRD	85,9	18,1	104,1	87,4	22,3	109,7	88,7	16,2	104,9
BM/IDA	476,2	158,5	634,7	499,5	153,7	653,2	622,8	161,0	783,9
CEDEAO/BIDC	29,0	37,4	66,4	62,3	32,9	95,2	111,3	48,7	160,0
FAD	242,0	71,4	313,4	173,4	62,7	236,0	258,2	64,0	322,2
FIDA	56,1	15,4	71,5	59,0	15,6	74,6	66,7	16,7	83,4
NDF	5,6	0,6	6,2	5,5	0,7	6,2	5,6	0,6	6,2
NTF	19,6	0,7	20,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	163,8	39,9	203,7	166,3	34,9	201,2	136,9	25,8	162,6
Bilateral	624,8	242,2	867,0	749,5	244,7	994,2	891,6	268,5	1160,1
AFD	36,8	15,5	52,2	37	22	58,3	36,8	22,7	59,5
AUSTRIA	26,5	10,4	36,9	50	18	67,9	53,0	14,3	67,2
Belgica	8,1	0,0	8,1	12	0	12,3	0,0	0,0	0,0
Brasil	0,0	0,0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	199,1	53,7	252,8	187	62	249,4	198,8	66,9	265,8
FUNDO KUWAIT	53,9	12,8	66,6	70	16	85,6	73,3	18,5	91,8
FUNDO SAUDITA	19,9	20,9	40,7	0	22	21,7	24,0	14,9	38,9
ICO	94,3	12,2	106,5	94	16	110,2	196,5	17,5	214,0
JICA	0,0	19,3	19,3	115	19	133,2	122,5	19,2	141,7
PORTUGAL	186,3	97,5	283,8	184	71	255,5	186,7	94,4	281,2
Credores Privados	0,0	811,8	811,8	0,0	853,6	853,6	0,0	856,2	856,2
Comerciais	0,0	811,8	811,8	0,0	853,6	853,6	0,0	856,2	856,2
BPI	0,0	155,2	155,2	0,0	155,2	155,2	0,0	155,6	155,6
KBC BANK	0,0	0,0	0,0	0,0	13,2	13,2	0,0	1,7	1,7
CGD	0,0	656,6	656,6	0,0	685,1	685,1	0,0	698,9	698,9
TOTAL	2535,6	1514,9	4050,5	2773,7	1538,8	4312,5	3348,3	1585,0	4933,3

IV.2.2.5 - Fluxos e Transferências Líquidas da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	Desembolsos em 3º Trimestre de 2019 (A)	Pagamento de Principal em 3º Trimestre de 2019 (B)	Fluxos líquidos em 3º Trimestre de 2019 (C=A-B)	Juros e comissões em 3º Trimestre de 2019 (D)	Transferências líquidas em 3º Trimestre de 2019 E=(C-D)
Credores Oficiais					
Multilateral	7061,5	2456,7	4604,8	460,3	4144,6
BAD	600,3	674,3	-74,0	31,8	-105,7
BADEA	201,8	116,4	85,4	47,7	37,7
BEI	0,0	375,8	-375,8	47,9	-423,7
BM/IBRD	0,0	88,7	-88,7	16,2	-104,9
BM/IDA	6220,6	622,8	5597,7	161,0	5436,7
CEDEAO	0,0	111,3	-111,3	48,7	-160,0
FAD	0,0	258,2	-258,2	64,0	-322,2
FIDA	38,9	66,7	-27,9	16,7	-44,5
NDF	0,0	5,6	-5,6	0,6	-6,2
NTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	0,0	136,9	-136,9	25,8	-162,6
Bilateral	723,7	891,6	-167,8	268,5	-436,3
AFD	356,6	36,8	319,9	22,7	297,1
AUSTRIA	0,0	53,0	-53,0	14,3	-67,2
Belgica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	0,0	198,8	-198,8	66,9	-265,8
FUNDO KUWAIT	63,1	73,3	-10,2	18,5	-28,7
FUNDO SAUDITA	0,0	24,0	-24,0	14,9	-38,9
ICO	34,8	196,5	-161,8	17,5	-179,3
JICA	269,2	122,5	146,8	19,2	127,6
PORTUGAL	0,0	186,7	-186,7	94,4	-281,2
Credores Privados	0,0	0,0	0,0	856,2	-856,2
Comerciais	0,0	0,0	0,0	856,2	-856,2
BPI	0,0	0,0	0,0	155,6	-155,6
KBC BANK	0,0	0,0	0,0	1,7	-1,7
CGD	0,0	0,0	0,0	698,9	-698,9
TOTAL	7785,3	3348,3	4437,0	1585,0	2852,0

IV.3 - DÍVIDA INTERNA

IV.3.1 - Stock

IV.3.1.1 - Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo Central (em milhões CVE)

	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	1 582,7	2,8%	1 887,6	3,1%	1 192,7	1,8%	304,9	19,3%	-694,9	-36,8%
<=3 Meses	1 285,5	2,3%	598,5	1,0%	-	0,0%	-687,0	-53,4%	-598,5	-100,0%
>3 Meses <= 6 meses	297,3	0,5%	398,0	0,7%	796,7	1,2%	100,8	33,9%	398,7	100,2%
>6 Meses <= 9 meses	-	-	-	-	-	0,0%	-	-	-	-
>9 Meses <= 12 meses	-	-	891,1	-	396,0	0,6%	-	-	-	-
Médio-Longo Prazo	53 054,7	93,6%	57 726,8	95,1%	65 001,0	96,7%	4 672,2	8,8%	7 274,1	12,6%
> 1 ano <= 3 anos	690,3	1,2%	1 096,1	1,8%	1 972,7	2,9%	405,8	58,8%	876,6	80,0%
>3 anos <= 5 anos	4 826,5	8,5%	3 481,3	5,7%	4 379,2	6,5%	-1 345,2	-27,9%	897,9	25,8%
> 5 anos <= 8 anos	29 748,2	52,5%	32 593,7	53,7%	35 787,3	53,2%	2 845,6	9,6%	3 193,6	9,8%
>8 anos <= 10 anos	15 839,7	27,9%	18 885,7	31,1%	21 471,7	31,9%	3 046,0	19,2%	2 586,0	13,7%
>10 anos <= 15 anos	550,0	1,0%	550,0	0,9%	550,0	0,8%	-	0,0%	-	0,0%
>15 anos	1 400,0	2,5%	1 120,0	1,8%	840,0	1,2%	-280,0	-20,0%	-280,0	-25,0%
Outros	2 050,4	3,6%	1 116,4	1,8%	1 032,4	1,5%	-934,0	-45,6%	-84,0	-7,5%
Outros Créditos	2 050,4	3,6%	1 116,4	1,8%	1 032,4	1,5%	-934,0	-45,6%	-84,0	-7,5%
TOTAL	56 687,8	100%	60 730,9	100%	67 226,2	100%	4 043,0	7,1%	6 495,3	10,7%

IV.3.2 -Fluxos

IV.3.2.1 - Movimentos em valor facial da Dívida Interna do Governo Central por Categoria de Empréstimos e Tipo de Instituição (em milhões CVE)

SECTOR PÚBLICO	Saldo 31/12/2018 (1)	Emissão/ Desembolsos		Vencimentos/ Reembolsos		Saldo Total 30/09/2019 (4) = (1+2-3)
		30/09/2019				
		(2)	(3)	(3)	(3)	
Governo Central						
<i>Sector Bancário</i>	38 972,6	6 459,4	4 024,1	4 024,1	41 407,9	
<i>Sector Não Bancário</i>	22 126,8	5 661,7	1 970,2	1 970,2	25 818,3	
TOTAL	61 099,3	12 121,1	5 994,3	5 994,3	67 226,1	

IV.3.2.2 - Pagamentos Planeados do Serviço da Dívida Interna do Governo Central por Grupo e Tipo de Instrumento (em milhões CVE)

TÍTULOS DE DÍVIDA	3º Trimestre 2017			3º Trimestre 2018			3º Trimestre 2019		
	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total
Bilhetes de Tesouro	1 295,6	2,6	1 298,2	1 989,6	10,4	2 000,0	2 885,1	14,9	2 900,0
30-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90-dias	501,4	0,6	502,0	399,0	1,0	400,0	399,0	1,0	400,0
120-dias	-	-	-	299,0	1,0	300,0	897,0	3,0	900,0
180-dias	794,2	2,0	796,2	1 291,6	8,4	1 300,0	1 193,0	7,0	1 200,0
360-dias	-	-	-	-	-	-	396,0	4,0	400,0
Obrigações de Tesouro	4 450,7	1 966,5	6 417,2	4 983,8	2 495,4	7 479,2	3 109,2	2 182,4	5 291,6
2 anos	-	-	-	-	-	-	0	0	0
3 anos	-	21,3	21,3	690,3	21,3	711,7	-	43,5	43,5
4 anos	1 550,7	71,4	1 622,0	508,2	34,0	542,2	300,0	43,8	343,8
5 anos	400,0	172,8	572,8	1 915,3	140,3	2 055,6	13,7	92,7	106,4
6 anos	650,0	323,2	973,2	390,0	322,3	712,3	1 270,5	317,0	1 587,5
7 anos	350,0	332,8	682,8	600,0	354,3	954,3	-	351,1	351,1
8 anos	1 500,0	542,3	2 042,3	530,0	504,7	1 034,7	1 300,0	644,1	1 944,1
9 anos	-	321,7	321,7	-	372,8	372,8	-	471,3	471,3
10 anos	-	168,2	168,2	350,0	372,8	722,8	225,0	206,0	431,0
11 anos	-	-	-	0	0	0	0	0	0
12 anos	-	12,9	12,9	0,0	372,8	372,8	-	12,9	12,9
>12 anos	-	-	-	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5 746,3	1 969,1	7 715,4	6 973,4	2 505,8	9 479,2	5 994,3	2 197,3	8 191,6

IV.3.3 - Stock de Garantias e Avals em Finais 3º Trimestre 2019 (em milhões CVE)

Beneficiários	Stock da Dívida	% Total
C. Municipal Porto Novo	63,7	0,5%
C. Municipal Santa Catarina	51,5	0,4%
C. Municipal São Vicente	180,2	1,4%
C. Municipal Paul	76,2	0,6%
Electra	4 447,5	35,0%
Enapor	104,3	0,8%
IFH	2 587,0	20,3%
TACV	4 916,8	38,7%
Águas de Santiago	267,0	2,1%
CERMI	19,7	0,2%
Start up jovem	7,5	0,1%
TOTAL	12 721,3	100%

V - GLOSSÁRIO

Dívida Pública

O termo “dívida pública” é utilizado frequentemente para designar realidades diversas de endividamento, nomeadamente, a dívida do Governo Central ou a dívida de todo o setor público administrativo, resultantes apenas do recurso a empréstimos públicos ou englobando também outras situações passivas, como por exemplo os que resultam do deferimento de pagamento de operações sobre bens e serviços, da retenção de cobranças efetuadas por conta de terceiros, de bonificação de taxas de juros e de avales e garantias concedidos e vencidos, entre outras situações.

Dívida do Governo Central (GC) - são operações de crédito assumidas diretamente pela Administração Central, englobando passivos resultantes de outras situações da responsabilidade direta do Governo Central.

Dívida Pública Interna

São operações de crédito do Estado realizadas no país e em moeda nacional. Podem ser detidas por investidores com residência no território nacional ou no estrangeiro. De se notar que as transações de crédito devem ocorrer no território nacional.

Dívida Externa

São créditos contraídos em divisas, junto de credores com residência no exterior.

Classificação da Dívida externa por tipo de credor

Multilateral – quando o credor é uma instituição de crédito internacional ou regional. A título de exemplo, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento;

Bilateral – quando as transações de crédito ocorrem entre dois países ou instituições de créditos públicos. Por exemplo, empréstimos entre Portugal e Cabo Verde ou entre o Instituto de Crédito Oficial (ICO) de Espanha e a República Cabo Verde;

Comerciais – quando o credor é um banco comercial ou uma empresa privada.

Dívida Pública Externa

É a dívida externa do setor público.

Dívida externa do País

É a dívida externa do setor público acrescida da dívida externa do setor privado do país.

Dívida fundada

Instrumentos de Dívida de médio e longo prazos (maturidade superior a um ano). Por exemplo, Obrigações do Tesouro (OT); empréstimos contraídos com base em acordos/contratos (credor e devedor).

Dívida flutuante

Instrumentos de Dívida de curto prazo, com maturidades de até um ano, emitidos pelo Tesouro do Estado para cobrir as necessidades de tesouraria.

Serviço da Dívida

Pagamento de juros, comissões e capital para amortização da dívida.

Amortização - é o reembolso parcial ou total do capital em dívida;

Comissões - são custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo.

Juros - é o custo da utilização do capital alheio, tipicamente expresso em percentagem. A taxa de juro pode ser fixa, o que significa que permanece constante durante a maturidade do empréstimo ou variável, quando flutua durante o período de amortização da dívida.

Período de carência - período em que o mutuário não faz o reembolso da dívida, pagando somente os juros ou em que pode capitalizá-los.

Desembolsos - A transferência real de recursos financeiros, ou de bens ou serviços feitos pelo mutuante ao mutuário em cumprimento de obrigações acordadas no âmbito da implementação de um projeto ou programa.

Tipos de desembolsos

Reembolsos - numa ação previamente concertada, o credor autoriza o mutuário a realizar certas despesas para depois fazer o reembolso do montante pago pelo mesmo;

Pagamento direto - mediante um pedido formal da parte do mutuário, o credor paga diretamente ao fornecedor por uma fatura de fornecimento de bens ou serviço devidamente certificada;

Conta especial - quando é aberta uma conta especial no Banco Central e o credor alimenta a mesma. O mutuário utiliza o montante e justifica a utilização da tranche anterior para poder aceder a outras tranches de desembolsos;

Garantia - nas operações em que se exige uma garantia bancária, no âmbito da implementação do projeto, objeto do contrato financiado com empréstimos externos, o credor assume esta despesa.

Capital/Stock da dívida

É o montante desembolsado pelo credor ao mutuário, no âmbito de um contrato de crédito, ainda não restituído/reembolsado;

Fórmula simples de calcular o Stock: Stock inicial + Desembolsos-pagamentos + residuais (dívida contingente vencida, atrasados, etc.) obs.: neste caso o stock é calculado na moeda de contratação.

Fluxo Líquido de um empréstimo

Desembolsos menos o pagamento de capital.

Atrasados

Serviço da dívida ou outras transações vencidas e não pagas.

Passivo Contingente

São obrigações que surgem de engagements diretos e/ou indiretos do Estado que poderão ocorrer ou não. Todavia, se se ocorrem, exige uma intervenção financeira imediata do Estado.

Passivo Contingente Explícito: são obrigações que decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado de uma forma direta, e que se elas forem acionadas, o Estado é chamado a honrá-las. Exemplo, avales concedidos às entidades públicas ou privadas;

Passivo Contingente Implícito: são obrigações que não decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado, mas que serão reconhecidas como tal, caso ocorrerem, exemplo: *default* contratual de uma entidade pública; ações de resgate e de recuperação de eventos de desastre; falência de alguma entidade Pública; custos provenientes de privatizações entre outros.

Alívio da Dívida

Diminuição do peso da dívida a país devedor através de reescalonamento ou por cancelamento parcial ou total do pagamento do serviço da dívida, mediante um acordo entre as partes envolvidas.

Reescalonamento da dívida

Renegociação do calendário de pagamento do serviço da dívida.

Sustentabilidade da dívida

O termo sustentabilidade da dívida é usado para designar a capacidade de um Estado de cobrir as suas responsabilidades contratuais, resultantes de acordo de empréstimo, sem pôr em causa a inteira estabilidade e a dinâmica da economia do país.

Análise de sustentabilidade

É um diagnóstico que se faz a um portfólio de dívida, num determinado período, para se concluir se esta é ou não sustentável. Mede o nível da dívida sobre o qual o país devedor é capaz de cumprir suas obrigações do serviço, presentes e futuros, sem recorrer a um alívio da dívida adicional ou reescalonamento da dívida ou acumulação de atrasos.

Títulos do Governo

Instrumentos Financeiros usados pelo Governo para obter fundos do mercado primário. Exemplo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

Mercado Primário

O Mercado onde os investidores podem comprar primeiramente novos instrumentos financeiros emitidos.

Mercado Secundário

O Mercado onde os instrumentos financeiros são transacionados entre os detentores, e não diretamente com o emissor.



**Ministério
das Finanças**

Direção Geral do Tesouro

www.mf.gov.cv

email: dgt.caboverde@mf.gov.cv